



A OLIGARQUIA OLÍMPICA: UMA LEITURA SOBRE A AUTOPERPETUAÇÃO DOS BRASILEIROS NO PODER DAS INSTITUIÇÕES OLÍMPICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS*

Resumo - As instituições olímpicas estão em crescente escrutínio público, considerando o aumento de sua evidência econômica, social e simbólica, cujas lógicas de mercado não necessariamente vinham acompanhadas de modernização em sua governança. Visando investigar como as posições de liderança no esporte olímpico brasileiro se dão historicamente, utilizamos fontes secundárias e documentos oficiais para discutir, com Pierre Bourdieu, a dominação de uma chamada “oligarquia olímpica” nas posições mais relevantes do Comitê Olímpico Brasileiro, da representação brasileira no Comitê Olímpico Internacional e no Comitê de Candidatura Rio 2016. Destacamos que, apesar das tentativas de adoção de processos mais democráticos e que tenham alternância no poder, as estruturas olímpicas ainda têm tendências de manutenção da ortodoxia.

Palavras-chave: Governança; Esporte; Brasil; Movimento Olímpico.

THE OLYMPIC OLIGARCHY: A READING ON THE SELF PERPETUATION OF BRAZILIANS IN THE POWER OF NATIONAL AND INTERNATIONAL OLYMPIC INSTITUTIONS

Abstract - The Olympic organizations are increasingly under public scrutiny due to its economic, social and symbolic relevance. However, their market logics are not necessarily followed by similar modernization in their governance. This article aims to investigate the historical leading positions in the Brazilian Olympic sport through secondary sources and official documents. The discussion is based on Pierre Bourdieu, addressing on the ‘Olympic oligarchy’ that dominates the main positions in the Brazilian Olympic Committee, the Brazilian representation at the International Olympic Committee and at the Rio 2016 Bid Committee. Although there is an attempt to adopt more democratic processes and alternation in leading positions, we highlight that the Olympic structures still tend to maintain the orthodoxy.

Keywords: Governance; Sport; Brazil; Olympic Movement.

LA OLIGARQUÍA OLÍMPICA: UNA LECTURA SOBRE LA PERPETUACIÓN DE LOS BRASILEÑOS EN EL PODER DE LAS INSTITUCIONES OLÍMPICAS NACIONALES E INTERNACIONALES

Resumen - Las organizaciones olímpicas están bajo gran escrutinio por su relevancia económica, social y simbólica. Sin embargo, las lógicas de mercado no necesariamente son seguidas por una modernización en su gobernancia. Ese artículo propone investigar las posiciones de liderazgo históricamente en el deporte olímpico brasileño través de fuentes secundarias y documentos oficiales. La discusión es basada en Pierre Bourdieu, pensando en la ‘oligarquía olímpica’ que domina posiciones centrales en el Comité Olímpico Brasileño, la representación brasileña en el Comité Olímpico Internacional y el Comité de Candidatura Rio 2016. Mismo con la tentativa de adopción de procesos más democráticos y alternancia en posiciones de liderazgo, destacamos que las estructuras olímpicas aún buscan la manutención de la ortodoxia.

Palabras-clave: Gobernancia; Deporte; Brasil; Movimiento Olímpico.

Bárbara Schausteck de Almeida

Wanderley Marchi Júnior

Universidade Federal do Paraná

barbaracwb@gmail.com

<http://dx.doi.org/10.30937/2526-6314.v1n1.id4>

** Este artigo foi embasado em partes da tese de doutorado defendida pela primeira autora, orientada pelo segundo, em 2015, com o título: “Altius, citius, fortius... ditius? Lógicas e estratégias do Comitê Olímpico Internacional, Comitê de Candidatura e Governo Brasileiro na candidatura e escolha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”.*

Introdução

A relevância adquirida pelo esporte no último século, tanto em seu caráter de prática de lazer para um número substantivo de pessoas no mundo, quanto relacionado à geração de significativos montantes financeiros que envolvem entidades de diferentes naturezas – organizações esportivas, patrocinadores, mídia e governos – coloca em evidência as instituições responsáveis por sua administração. Esse é o caso do Comitê Olímpico Internacional (COI) e as Federações Internacionais de modalidades esportivas, em um escopo mais global, bem como Comitês Olímpicos e Confederações esportivas Nacionais, além dos Comitês Organizadores dos eventos esportivos relacionados aos anteriores. Justamente pela complexidade de atores relacionados ao esporte olímpico, que recebe aportes financeiros externos (de patrocinadores e Estados nacionais) em sua sustentação e na realização dos eventos esportivos, há uma crescente pressão e cobrança externa para que as instituições esportivas sejam compostas por profissionais capacitados ao atendimento dessas diferentes demandas.

De acordo com Chappellet¹, no fim dos anos 1990, o Movimento Olímpico passou a ser confrontado quanto a sua capacidade em administrar o esporte internacionalmente, dado o escândalo de corrupção relacionado à eleição de Salt Lake City como sede dos Jogos Olímpicos de inverno em 2002 e crescentes casos de doping e violência. Em especial, jornalistas estadunidenses e patrocinadores pressionaram para a adoção da governança, ou seja, ir além das questões de gestão cotidianas para se pensar em níveis mais amplos de estratégias, direcionamento político e transparência na organização¹. A implementação de “bons princípios” de governança coloca um desafio ao COI pelo seu caráter internacional, que agrega um grande número de países com diferentes características. A qualificação “bom” está em um escopo filosófico, variável para cada sociedade, o que demanda um acordo de normativas gerais ao invés de universais², o que inevitavelmente gera grande flexibilidade na implantação³.

Embora uma série de resoluções, recomendações, relatórios e consensos tenham sido publicados por organizações governamentais e não-governamentais, locais e internacionais³, interessa-nos, para o escopo deste artigo, os requisitos mínimos para implementação de princípios básicos de boa governança para os Comitês Olímpicos

Nacionais, consolidado pelo COI⁴. Este documento elenca sete grandes temas* para respectivos princípios, implementação prática e requerimentos mínimos esperados dos Comitês Olímpicos Nacionais. Mais especificamente, observamos o tema 2- Estruturas, regulações e processos democráticos, para analisar a flexibilidade dada para tratamento deste tema nas instituições olímpicas no Brasil. Este tema se torna de interesse quando verificamos que historicamente há uma tendência em continuidade das lideranças em posições de poder na representação brasileira no COI, no Comitê Olímpico Brasileiro[†] (COB) e que também se reflete no Comitê de Candidatura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e no Comitê de Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Sem a expectativa de aplicação das normas atuais às gestões de décadas passadas, o que seria um anacronismo, o objetivo deste artigo é realizar uma retomada histórica das posições de liderança do Movimento Olímpico brasileiro para evidenciar a lógica de “autoperpetuação oligárquica” existente nas instituições olímpicas, conforme descrito por Bourdieu⁵. Com base na literatura, é possível perceber que, apesar dessa lógica parecer imanente nessas instituições, ela está sendo revista por pressões de outros campos sociais que influenciam principalmente os Jogos Olímpicos. Ao mesmo tempo, pela análise do documento do COI já mencionado, percebemos que ainda existem brechas nos requisitos mínimos que permitem a sobrevivência de práticas que já são vistas como “ruins” dentro dos requisitos recentes de governança.

Quanto às escolhas metodológicas, esse artigo, de cunho qualitativo, foi construído a partir de fontes documentais e de dados disponíveis na literatura científica. Para traçar parte da trajetória dos brasileiros que representaram o país no COI, utilizamos a série de artigos com as biografias dos membros desta instituição publicada por Ian Buchanan e Wolf Lyberg no *Journal of Olympic History*, entre 2010 e 2013. Da trajetória dos presidentes do COB, consultamos fontes secundárias, a partir de pesquisas científicas já publicadas, bem como, pontualmente, reportagens que ajudam a contextualizar ou esclarecer fatos mais recentes.

* São eles (em tradução livre do inglês): 1- Visão, missão e estratégia; 2- Estruturas, regulações e processos democráticos; 3- Mais alto grau de competência, integridade e padrões éticos; 4- Responsabilidade (*Accountability*), transparência e controle; 5- Solidariedade e desenvolvimento; 6- Envolvimento, participação e cuidado dos atletas; 7- Relações harmoniosas com governos com preservação da autonomia.

[†] Desde 2015, a instituição mudou seu nome para Comitê Olímpico do Brasil.

Quanto ao Comitê de Candidatura, o principal documento utilizado foi a lista de colaboradores da equipe Rio 2016, consultores e conselheiros que colaboraram na construção dos cadernos de candidatura, que estava disponível em inglês no site do balanço de planejamento do governo federal 2003-2010. Esse documento, ainda acessível em 2017, não se encontrava em nenhuma outra plataforma oficial desde nossa primeira consulta em 2014. As informações sobre os membros do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 não foram incluídos por falta de documentos oficiais acessíveis que trouxessem os organogramas. É possível que esses dados estejam disponíveis no relatório oficial do evento, que ainda não havia sido disponibilizado publicamente pelo Comitê Organizador e pelo COI durante a composição deste texto.

A partir disso, este artigo se divide em três grandes partes. Na primeira parte, trazemos breves subsídios teóricos que nos auxiliam a compreender as lógicas que perpassam a construção do campo esportivo e, especificamente, os agentes que participam das instituições olímpicas, a partir dos escritos do autor Pierre Bourdieu. Esse autor nos influencia na discussão teórica como também na perspectiva de construção metodológica da discussão, pois é a partir do entendimento das disputas do campo esportivo e sua relativa autonomia em que se embasa a proposta de análise. Na segunda parte, identificamos os principais líderes das organizações no decorrer da história olímpica brasileira, apontando suas participações no COI, na presidência do COB e no Comitê de Candidatura Rio 2016. Por último, na discussão, relacionamos as duas partes anteriores, buscando a compreensão das lógicas de autoperpetuação dos agentes e a permissividade tanto do campo esportivo, como do Brasil, no sentido mais amplo.

Breves Apontamentos sobre a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu foi um sociólogo francês que propôs a chamada Teoria dos Campos. Em sua compreensão, a existência de diferentes campos sociais, permeado por lógicas tanto gerais quanto específicas, tem a potencialidade de explicar as dinâmicas sociais entre diferentes pessoas e instituições, que em seu termo foram nomeados de agentes. Dentro dos campos, uma das propriedades comuns é que os agentes travam disputas entre si visando alcançar posições de poder. Essas disputas acontecem

principalmente visando o acúmulo de capitais – os principais são o econômico (dinheiro e propriedades), o social (conexões com pessoas), o cultural (aprendizado, objetos, bens e diplomas) e o simbólico (notoriedade)^{6,7}. Quanto às propriedades específicas, cada campo tem algum tipo de capital que é mais relevante em comparação a outros, quais as formas de acumulação desse capital e quais estratégias são implementadas pelos agentes para o alcance das posições de poder⁸.

Nesse sentido, é importante entender que essas estratégias e ações dos agentes não são totalmente conscientes, pois partem de seus *habitus*. O *habitus* é a predisposição que influencia como um agente percebe e age no mundo, incorporado a partir das experiências de vida, desde a família até escola, comunidade, profissão, grupos políticos, etc.⁹. Essa predisposição pode ou não ser racionalizada pelo agente, no sentido em que muitas vezes os agentes percebem e agem no mundo pelo seu senso prático, um domínio que não é explicado racionalmente ou que não é pensado com antecedência. O que, em um primeiro momento, pode ser considerado como uma atitude sem lógica, na verdade é extremamente lógico, pois é resultado de um conjunto de experiências que compõem o *habitus*. Uma metáfora próxima do esporte é utilizada pelo autor para exemplificar: um jogador que percebe a jogada e antecipa a ação só tem essa capacidade por ter incorporado o sentido do jogo – e esse potencial de antecipação também acontece em outras situações sociais, a partir de outros tipos de experiências que auxiliam no acúmulo de capitais e nas disputas entre os agentes⁷.

As diferenças de poder entre os agentes os classificam entre dominantes e dominados de um determinado campo. É comum que os dominantes sejam aqueles agentes que estão há mais tempo no campo (os ortodoxos), por isso atuam para que não ocorram mudanças significativas que coloquem em risco sua posição. Já os recém-chegados ou novos (os heterodoxos) geralmente são os dominados, por isso buscam mudanças nas lógicas do campo para que seus capitais sejam os mais relevantes e consequentemente se tornem os dominantes¹⁰.

Como forma de construir e aperfeiçoar sua teoria, Bourdieu escreveu sobre diferentes campos, inclusive o esportivo. Nesta abordagem, inicialmente o autor propôs uma investigação das condições que propiciaram o surgimento deste campo, remetendo-se à incorporação de práticas nas escolas públicas inglesas do fim do século XIX. Naquele contexto, o esporte servia duplamente à filosofia aristocrática, porque era uma

prática desinteressada, que tinha um fim em si mesmo, mas se diferenciava das artes ao promover qualidades de virilidade, coragem e a vontade de vencer que eram úteis para a formação dos futuros líderes. É justamente neste contexto em que o Barão de Coubertin atua para criar o COI e reviver os Jogos Olímpicos. Na leitura de Bourdieu, o COI foi uma instituição concebida por membros da aristocracia para a aristocracia, ou seja, visando manter valores morais aristocráticos (vontade de vencer seguindo às regras – *fair play* – em uma prática desinteressada partindo da iniciativa privada) inicialmente com propósitos educacionais de reprodução de valores burgueses. Nessa caracterização, para manter a lógica dominante, os agentes dominantes se autoperpetuavam nos cargos de direção das instituições esportivas internacionais e nacionais – uma *self-perpetuating oligarchy*⁵.

Uma característica relevante da Teoria dos Campos que nos auxilia a compreender o momento atual do Movimento Olímpico, é que os campos possuem uma autonomia relativa entre si. No caso do campo esportivo, sua autonomia é evidente no que se refere a administração e regulamentação, ao criar os regulamentos que guiam a realização das competições e questões disciplinares de forma independente e, geralmente, sem intervenção estatal. Mas essa autonomia se torna relativa quando consideramos como outros campos, como o econômico, o midiático e o político influenciam nas decisões e organizações esportivas^{5,11}.

Com essa base de compreensão, descrevemos na sequência como a lógica de autoperpetuação em cargos de liderança ocorreu no COB, na presença de representantes brasileiros no COI e a dominância desse grupo mais recentemente no Comitê de Candidatura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

As Lideranças Brasileiras no COI e os Presidentes do COB

Pensando a gênese do Movimento Olímpico, especialmente pelos períodos iniciais de estabelecimento do COI e sua posterior afirmação como entidade internacional¹², existiram inúmeras disputas e implementação de estratégias em níveis locais e internacionais para sua constituição com o perfil atual. Na relação com o Brasil, os indicativos são que o diplomata Raul do Rio Branco estava na Suíça em 1913 quando foi convidado a participar da reunião do COI em Lausanne. Na ocasião, o diplomata reencontrou conhecidos, inclusive Pierre de Coubertin que, sabendo da sua

nacionalidade, convidou-o para representar o Brasil no COI. Apesar de se tornar o representante brasileiro, Raul do Rio Branco não tinha ligações ou familiaridade com o cenário esportivo nacional. Com o auxílio de membros do Comitê Olímpico Português, ele fez contato com o *Jornal do Brasil*, visando estreitar os laços com grupos nacionais, no que culminou na criação, em 1914, do “Comité Olympico Nacional”¹³.

Foi assim que a relação Brasil-COI deu seus primeiros passos. Mas esses esforços individuais, ainda que de pessoas poderosas e influentes politicamente, demoraram a surtir efeito para se consolidar como representação legítima, tanto internamente com o governo brasileiro quanto externamente com o COI. De fato, essa situação não foi exclusiva do caso brasileiro, mas uma tendência latino-americana, região da qual surgiram 11 representantes de 8 diferentes países como membros do COI entre 1894 e 1922, mas nenhuma efetiva participação nos encontros do COI ou efetivo estabelecimento de comitês olímpicos nacionais nesse mesmo período¹⁴. No cenário brasileiro, é preciso compreender que havia um relativo domínio da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) como entidade de administração que, além do futebol, geria o atletismo, o remo e o tênis, além de ser responsável por indicar a representação nacional nos Jogos Olímpicos nas décadas iniciais¹⁵.

Em 1922, interesses consonantes de instituições colaboraram para a realização dos primeiros Jogos Latino-Americanos no Brasil. A Associação Cristã de Moços, dos Estados Unidos, tendo o objetivo em comum com o COI de ampliar territorialmente sua atuação, propôs organizar o evento na América do Sul. No Brasil, a CBD queria celebrar o centenário da independência nacional com um “Jogos Olímpicos Nacionais”, tendo sido incentivada a convidar outros países na América do Sul, Central e Norte. Apesar da ausência de delegações de fora da América do Sul e da morosidade na preparação e a contínua desconfiança de Coubertin, os Jogos aconteceram em 1922, com mobilização mais efetiva da prefeitura do Rio de Janeiro e presença do presidente Epitácio Pessoa, entre outras figuras políticas e diplomáticas, incluindo Henri de Baillet-Latour representando o COI¹⁴. Este último se tornaria o presidente do COI em 1925 e ficaria no cargo até 1942. O período de sua “peregrinação” pelas Américas até sua saída da presidência do COI se caracteriza como a fase de afirmação, em que se percebe o esforço de ampliar as fronteiras do movimento olímpico para torna-lo efetivamente internacional¹².

Nas visitas de Baillet-Latour durante a preparação para os Jogos Latino-Americanos, dois novos representantes esportivos brasileiros foram convidados a compor o COI: Arnaldo Guinle, então presidente do Fluminense, e José Joaquim Ferreira Santos, membro da Associação Paulista de Esportes Atléticos¹³. Os representantes brasileiros no COI não estavam em posições dominantes na CBD, por isso começaram a buscar maior influência nos processos decisórios e maior importância para suas instituições esportivas de origem.

Em 1935, os representantes brasileiros no COI, articulados com representantes de outras instituições esportivas nacionais, criaram o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), sob a presidência de Antonio Prado Junior (então presidente da Associação Paulista de Esportes Atléticos). A CBD tentou resistir em sua posição de representação, alegando que era a instituição esportiva nacional, mas os membros do COB alegavam que a CBD não estava totalmente acordada com as prerrogativas do COI, necessitando assim uma nova representação mais adequada ao padrão olímpico internacional (Lemos 2008). Com uma posição mais privilegiada na negociação, ao serem membros do COI, os membros do COB tinham maior reconhecimento internacional, embora nacionalmente a CBD tivesse o apoio de Getúlio Vargas^{13,16}. Importante mencionar que o COI reconhece como data de criação do COB o ano de 1914¹⁷, ainda que a instituição criada em 1914, o Comité Olympico Nacional, teve pouca ou nenhuma importância no cenário esportivo brasileiro até a criação do COB na década de 1930.

Desde a criação do COB, seus três primeiros presidentes – Antonio Prado Junior (de 1935-1947), Arnaldo Guinle (de 1947-1950) e José Joaquim Ferreira Santos (1950-1963) – se destacam por terem participado da articulação para a criação do (ou transformação do Comité Olympico Nacional para) COB em 1935, estando envolvidos nas movimentações esportivas olímpicas desde os Jogos Latino-Americanos de 1922. Temporalmente, essas três pessoas estiveram na direção do esporte olímpico nacional por quase 30 anos.

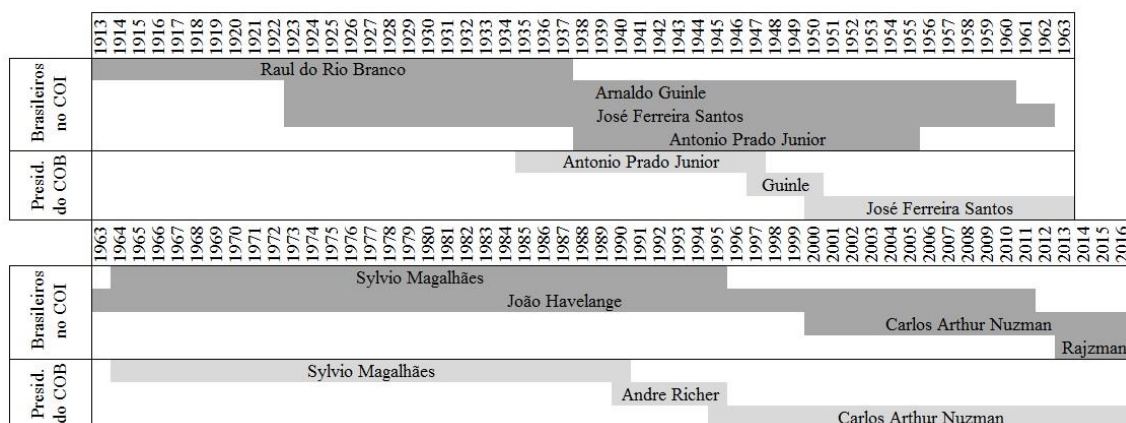
A representação brasileira no COI também tem características semelhantes acerca da duração na posição. Especialmente os primeiros membros brasileiros, pela quantidade de ausências nas seções, reforçam a hipótese de que sua participação era mais figurativa que representativa ou mobilizadora de demandas – o que não retira suas importâncias no sentido simbólico da sua posição. Entre as figuras já citadas que

fizeram parte do COI, temos como período e presenças/abstenções em seções do COI: Raul do Rio Branco entre 1913 e 1937, com 10 presenças e 11 abstenções; Arnaldo Guinle entre 1923 e 1960, com 36 abstenções e nenhuma presença; José Joaquim Ferreira Santos entre 1923 e 1962, com 11 presenças e 27 abstenções; e Antonio Prado Junior entre 1938 e 1955, com 1 presença e 12 abstenções^{18,19,20}. Após essas representações, tanto os presidentes do COB quanto representantes do Brasil no COI continuaram com a tendência de manutenção por longos períodos, salvo raras exceções. Em 1963, o Almirante Attila Aché comandou o COB entre janeiro e outubro de 1963, sendo sucedido pelo Major Sylvio de Magalhães Padilha, que comandaria a instituição de 1963 até 1990. Na sequência, André Gustavo Richer foi o presidente do COB entre 1990 e 1995, sendo sucedido por Carlos Arthur Nuzman²¹. Este último foi reeleito em seis ocasiões, sendo o atual mandato previsto para encerrar em 2020²².

Neste período, foram representantes brasileiros no COI: Sylvio Magalhães entre 1964 e 1995, com 44 presenças e 2 abstenções; João Havelange entre 1963 e 2011, com 45 presenças e 3 abstenções²³ (Buchanan e Lyberg 2013); Carlos Arthur Nuzman (2000-) e Bernard Rajzman (2013-). A posição de Carlos Arthur Nuzman, desde 2013, se dá como membro honorário, uma posição vitalícia conquistada por voto dos membros do COI nos casos em que o postulante tenha servido mais de 10 anos à instituição, ainda que não tenha direito à participação em comissões ou à voto²⁴. Não encontramos informações sobre participações e abstenções nas seções do COI para Nuzman e Rajzman.

Comparativamente, podemos perceber que, dentre os representantes no COI, só não foram também presidentes do COB os membros Raul do Rio Branco (justificativa já indicada), João Havelange (importante figura na FIFA) e Bernard Rajzman (recentemente indicado pelo COB). Na direção inversa, somente o Almirante Attila Aché e André Gustavo Richer foram presidentes do COB, mas não foram membros do COI. Para sintetizar as informações sobre presidentes do COB e representantes no COI, apresentamos a figura 1.

Figura 1 – Linha do tempo da participação de brasileiros no COI e presidentes do COB^{12,13,18,19,20,22}.



Pela figura 1, percebemos como a *self-perpetuating oligarchy*, à que se referiu Bourdieu, também se reflete na administração do esporte olímpico no Brasil, tanto por parte da duração dos presidentes no poder do COB, como também pela manutenção e indicação de representantes que fazem parte desses mesmos nichos sociais para o COI. Em 103 anos, houveram 8 brasileiros na representação no COI e em 81 anos de COB foram 7 presidentes. Apesar da leitura sobre as mudanças no poder seja só recentemente vista como positiva, tanto o COB como o COI continuam permitindo que os presidentes e representantes ocupem suas posições por longos períodos.

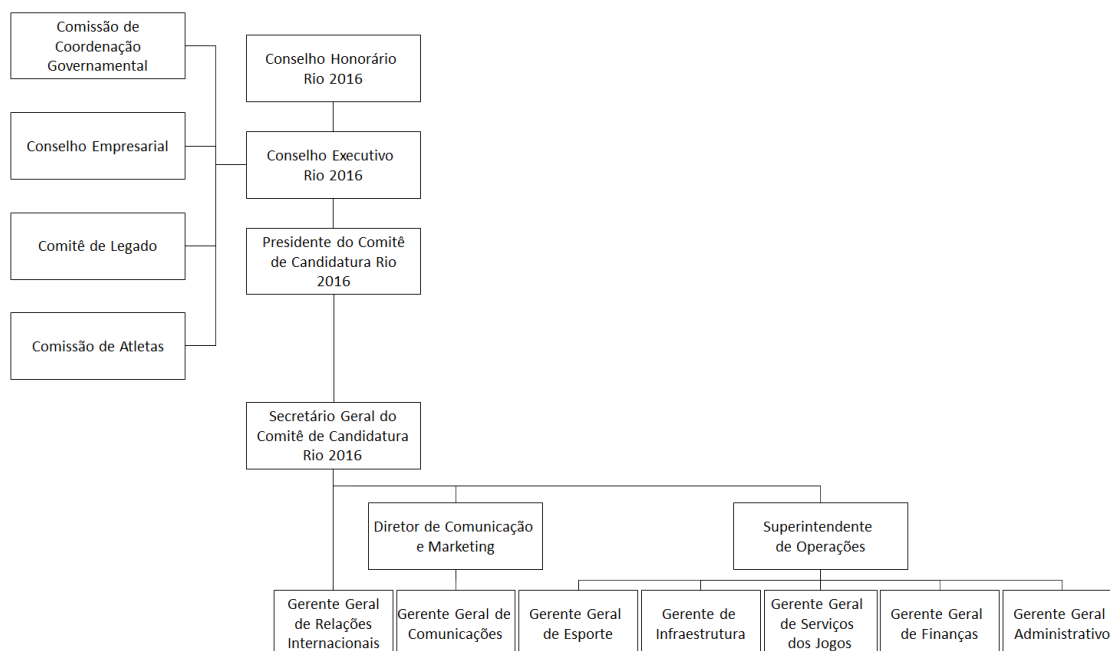
Talvez a “naturalização” dessa questão tenha permitido que uma mesma pessoa tenha acumulado os cargos de presidente do Comitê Olímpico Nacional e do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos, como foi o caso de Carlos Arthur Nuzman para o Rio 2016. Na sequência, abordamos como se deu a trajetória até a eleição da cidade-sede, sendo que a manutenção de pessoas em posições de poder não ficou restrita ao cargo da presidência.

O Comitê de Candidatura RIO 2016

Quanto à composição do Comitê de Candidatura Rio 2016, temos uma estrutura hierárquica composta por conselhos, comitês, comissões e coordenações com representantes do governo, da iniciativa privada, dos atletas, além de direções e gerências de cunho técnico. Apresentamos o organograma de funções, conforme apresentação disponibilizada no dossiê de candidatura na Figura 2. De acordo com outras fontes, sabemos que esse organograma é bastante enxuto, porém a partir desses

cargos é possível identificar algumas das funções e pessoas chaves que compuseram a organização durante o período de candidatura.

Figura 2 - Organograma do Comitê de Candidatura Rio 2016⁴.



Embora o organograma tenha sido redesenhado para fins de formatação, a disposição das funções segue o exposto no original, o que em si indica as posições de liderança e subordinação. Por exemplo, todas as funções técnicas (diretores e gerentes) estão diretamente subordinadas ao secretário geral e este à função da presidência do comitê, que se torna o responsável por realizar o intermédio com os conselhos e comitês que compõem um quadro consultivo e deliberativo. A presença do presidente é multiplicada, já que a função de Nuzman também como membro do COI e presidente do COB o credita, na lógica do Comitê Organizador, a compor os quadros de conselhos que seriam superiores à presidência, como é possível verificar em suas composições.

Os membros do Comitê Honorário Rio 2016 e seus respectivos cargos naquele momento foram: Luiz Inácio Lula da Silva (presidente da república), Sergio Cabral (governador do Rio de Janeiro), Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro), João Havelange (membro do COI no Brasil) e Carlos Arthur Nuzman (membro do COI no Brasil).

Os membros do Conselho Executivo Rio 2016 foram: Carlos Arthur Nuzman (presidente do COB e do Comitê de Candidatura), Orlando Silva (Ministro do Esporte), Sergio Cabral, Eduardo Paes, João Havelange, Andrew Parsons (presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro), Carlos Roberto Osorio (Secretário Geral do Comitê de Candidatura Rio 2016), Edson Menezes (Representante da Assembleia Geral do COB), Olavo Monteiro de Carvalho (Representante do Conselho empresarial Rio 2016), Orlando Lima (Representante do Conselho empresarial Rio 2016) e Bernard Rajzman (representante da Comissão de Atletas).

E os membros da comissão de Coordenação Governamental foram: Carlos Arthur Nuzman, Ricardo Leyser Gonçalves (Secretário Nacional Rio 2016 – Ministério do Esporte), Marcia Lins (Secretária de Turismo, Esporte e Lazer do estado do Rio de Janeiro), Ruy Cezar Miranda Reis (secretário municipal Rio 2016) e Carlos Roberto Osorio (secretário geral do Comitê de Candidatura Rio 2016 e secretário de transportes do Rio de Janeiro)⁴.

Nos documentos, não foram encontrados os nomes que compunham a comissão de atletas, o comitê de legado e o conselho empresarial. Além desses fóruns, os cargos ocupados nas funções técnicas estiveram sob responsabilidade de dez nomes, sobre quem trazemos mais detalhes no Quadro 1.

Quadro 1 - Funções, responsáveis e cargos ocupados pelos membros do Comitê de Candidatura Rio 2016^{25,26,27}.

Função	Responsável	Cargos ocupados
Presidente do Comitê de Candidatura Rio 2016	Carlos Arthur Nuzman	Presidente do COB e do Comitê Organizador dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007.
Secretário Geral do Comitê de Candidatura Rio 2016	Carlos Roberto Osorio	Secretário geral do COB e do Comitê Organizador dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007; secretário de transportes da cidade do Rio de Janeiro; eleito em 2014 deputado estadual no RJ.
Diretor de Comunicação e Marketing	Leonardo Gryner	Diretor de marketing e comunicação do Comitê Organizador dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007 e diretor de marketing do COB.
Gerente Geral de Relações	Mario Cilenti	Membro do Comitê Organizador dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007; Membro do Comitê

Internacionais		organizador dos Jogos de Sidney 2000 e dos Jogos Pan-americanos de Winnipeg 1999.
Gerente Geral de Comunicações	Carina Almeida	Sócia-proprietária da empresa de serviços de comunicação Textual.
Superintendente de Operações	Carlos Luiz Martins	Ex-presidente da Varig, foi nomeado subsecretário de Turismo do estado do RJ em 2014.
Gerente Geral de Infraestrutura	Alexandre Techima	Diretor de operações e gerente de tecnologia nos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007.
Gerente Geral de Serviços dos Jogos	Ricardo Trade	Diretor de operações e gerente de serviços gerais dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007; diretor executivo do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA 2014.
Gerente Geral de Finanças	Vitório Moraes	Gerente geral de administração e finanças para marketing e cerimônias dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007.
Gerente Geral Administrativo	Paulo Sérgio Rocha	Gerente de administração e recursos humanos dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007.

Pelo quadro, é possível perceber a prevalência de pessoas que já estavam envolvidas com a organização dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007, bem como figuras chave da administração do COB (especialmente Nuzman, Osorio e Gryner) que repetem funções e posições no COB, no Rio 2007 e no Comitê de Candidatura. Também é identificável, como seria esperado, a presença de João Havelange como então representante brasileiro no COI no conselho honorário e daquele que seria indicado posteriormente, Bernard Rajzman, como membro do conselho executivo, representando a comissão de atletas.

Da mesma forma como interpretamos as perpetuações de pessoas nos cargos institucionais relacionados ao campo esportivo brasileiro no seu decorrer histórico, a lógica se repete quando observamos a última década de preparação para grandes eventos esportivos. Inicialmente, os documentos tendem a colocar como um ponto positivo a manutenção dessas pessoas, pois indicaria que o grupo já tem experiência e se mostrou competente para atuar nas diferentes funções. Entretanto, em se tratando da tendência de autoperpetuação nos cargos das instituições esportivas e mais ainda nas olímpicas, essa

lógica baseada na meritocracia desvia a atenção para as tentativas dos agentes de se manterem nas posições de poder, utilizando-se de seus capitais sociais ou esportivos – especialmente daqueles ex-atletas que conseguem posições de destaque como dirigentes – para presumirem-se como essenciais ou os melhores que estão no mercado. Pelas observações sistemáticas do período pós-eleição e de preparação para os Jogos, percebemos que um “núcleo” de pessoas em posições estratégicas se mantém, permitindo a perpetuação da oligarquia olímpica.

Outros nomes que contribuíram na construção da candidatura aparecem em um documento à parte, em inglês, ainda disponibilizado em um site do planejamento do governo brasileiro com o balanço das ações de 2003-2010, mas que não constava como anexo do caderno de candidatura ou no site do Comitê Organizador Rio 2016. Nessa lista, pudemos verificar os nomes e as experiências que seriam credenciais para suas colaborações. Esse documento faz parte do rol de exigências do COI às cidades candidatas, em que estas devem incluir anexos que justifiquem os dados orçamentários apresentados e quem foram as pessoas que participaram da construção dessas informações²⁷. A não inclusão desse documento anexo com os dossiês da candidatura causa estranheza, no sentido em que sua inclusão seria uma atitude de transparência por parte do Comitê de Candidatura para o público em geral, para além do envio dessas informações que são obrigatórias ao COI.

Na composição da Equipe Rio 2016, são cinquenta nomes, sendo 43 deles pessoas que atuaram em alguma função no Rio 2007. Do comitê especial de finanças, são doze nomes (três reincidentes da equipe Rio 2016), majoritariamente relacionados às instâncias públicas – federal, estadual e municipal. Há ainda uma lista de dezessete empresas e 64 nomes representantes como consultores e conselheiros, sendo cinco nomes que tiveram envolvidos no Rio 2007. Quando consideramos a contagem total de nomes mencionados, são 126 pessoas envolvidas na construção da candidatura e, delas, 48 (38%) com o Rio 2007 e outras seis pessoas com o COB⁴.

Sendo assim, sabemos que essa equipe liderou a organização da documentação que representou a proposta do Rio de Janeiro para se tornar cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Reforçamos que a equipe não está restrita a esses nomes, mas que essas pessoas representam as posições de liderança e provavelmente

são os idealizadores da candidatura no que se refere a sua mobilização e suas principais propostas.

Discussão

Pelo levantamento dos membros do Comitê de Candidatura, pudemos perceber que entre as dez posições de liderança, apenas dois membros não faziam parte da organização dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007. Além disso, posições chave de presidência, secretaria geral e direção de marketing e comunicação estariam a cargo desses membros também do COB. Porém, quando observamos o perfil mais amplo das pessoas envolvidas na formulação do caderno de candidatura, especialmente sobre os orçamentos, notamos que seis nomes tinham relação com o COB e 38% dos nomes estiveram envolvidos com o Rio 2007. Este percentual se torna mais significativo (86%) quando excluímos os nomes das empresas de consultoria e consideramos somente a equipe Rio 2016 propriamente dita. De fato, esses números não são tão significativos, no sentido quantitativo, porque é um número percentualmente baixo de pessoas do COB. Entretanto, qualitativamente, esses nomes tomam relevância por serem as lideranças em áreas técnicas como serviços médicos, advocacia e marketing e comunicação.

Para dois membros do núcleo central decisório do Comitê de Candidatura, suas posições parecem ter sido uma ponte para o envolvimento em cargos políticos alguns anos depois, tanto por indicação como por eleição. Não queremos com esses dados simplificar ou tornar determinista a condição de que a participação no comitê geraria acúmulo de capital suficiente para inserção na vida política. A rápida introdução dessas pessoas indica que, num momento anterior, a própria inserção nesse grupo exigiu o acúmulo de capitais que atravessam diversos campos e permitem esse trânsito entre posições de liderança. Se por um lado percebemos a inserção de ex-atletas nas posições de gestão do esporte olímpico, por outro vemos que existem pessoas de outras áreas, como negócios, mídia e comunicação, aceitas nesse campo pela sua capacidade de lidar com a indústria do espetáculo, tal qual o esporte dos megaeventos se insere. Esse trânsito entre os campos exige a posse de capitais que não são apenas institucionalizados, mas incorporados conforme os diferentes *habitus* necessários em cada campo, especialmente na perspectiva cultural de títulos e formação acadêmica,

bem como uma facilidade de circulação que prescreve acesso, provavelmente permitido pelo capital social.

Sendo assim, é preciso perceber que existe um trânsito entre pessoas de altos cargos no esporte, na política e nos negócios, que não dependem apenas do *habitus* do campo esportivo, mas que nesse campo precisam se adaptar à *doxa*[‡] e incorporar o sentido do jogo. No caso do esporte olímpico, Carlos Arthur Nuzman consegue administrar sua posição de liderança e seu poder simbólico de maneira quase soberana, tendo a capacidade de manter na ortodoxia pessoas em cargos chave que também buscam a manutenção nessas posições dominantes. O trânsito na presidência ou em posições de relevância em todas as organizações relacionadas ao esporte olímpico nas últimas décadas evidencia que a continuação ou a ocupação de múltiplos cargos é permissível dentro do Movimento Olímpico, mesmo com a sugestão de limite no número de reeleições por parte do COI²⁸, o que de fato não se observa em várias instituições olímpicas²⁹.

Um exemplo da possibilidade de trânsito e ascensão aconteceu no ano de 2013, quando, Carlos Arthur Nuzman completou 70 anos e foi votado para ser membro honorário do COI. Naquela ocasião, Bernard Rajzman, que representava o COB, foi eleito pelos membros votantes internacionais como membro do COI. Como parte da lógica de perpetuação de uma oligarquia esportiva olímpica, Rajzman também esteve envolvido na candidatura Rio 2016 e – vale lembrar – sua relação com Nuzman data seus períodos de atuação no voleibol. Considerando a saída de João Havelange do COI em 2011 por seu envolvimento com corrupção, essa eleição parece ter sido um reconhecimento (ou complacência) dos membros internacionais para que o Brasil continuasse com dois representantes.

A permissibilidade na perpetuação em cargos de liderança no Movimento Olímpico internacional encontra um ambiente fértil na realidade brasileira, já que institucionalmente existe um impedimento na influência governamental nas organizações esportivas. Na perspectiva social, é difícil não ver respaldo desse caso em Sérgio Buarque de Holanda³⁰ (p. 146), quando argumenta sobre “o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos

[‡] “A *doxa* é um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal [...]”⁷ (p. 120).

fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal”. Dos *habitus* políticos e organizacionais no esporte, embora haja a intenção de modernização da governança a partir da limitação de reeleições e incentivo às novas lideranças, no Movimento Olímpico brasileiro ainda se vê o padrão patrimonialista sendo mantido.

Considerações Finais

Ao coletar e descrever historicamente a participação de brasileiros no COI, os presidentes do COB e a composição do Comitê de Candidatura, percebemos que, em raras exceções, os períodos de ocupação nos cargos são temporalmente longos. No caso do Comitê de Candidatura, entidade criada com prazo de vida limitado, vemos que sua composição tinha significativo número de membros que já tinham envolvimento no evento multiesportivo anteriormente sediado pela cidade do Rio de Janeiro, os Jogos Pan e Parapan-Americanos de 2007, bem como um papel relevante de lideranças que atuavam também no COB em posições estratégicas. Especialmente no caso do COB e do COI, vemos que essa longa temporalidade observada está em xeque, considerando os debates em torno de uma “boa” governança no Movimento Olímpico, conforme trouxemos na introdução.

Um elemento que não fez parte de nossos propósitos, mas que nos chama a atenção, é que dos cargos apontados no organograma, havia apenas uma mulher. Esse cenário se coloca aberto para abordagem e aprofundamento, já que parece ter se mantido no Comitê Organizador e segue um percentual de 10% de participação, semelhante às demais organizações esportivas nacionais, enquanto nos países nórdicos esse número pode chegar a 40%³¹. Do grupo mais amplo que participou da criação do caderno de candidatura, dos 50 nomes da Equipe Rio 2016 eram 13 mulheres (26%); já dos doze nomes do comitê especial de finanças, apenas 2 eram mulheres (16%).

Embora exista uma perspectiva de aumento da participação de atletas mulheres nos Jogos Olímpicos, quase equiparadas ao número de atletas homens, para a organização do evento – ou ao menos nos cargos de maior liderança – não se percebe a mesma preocupação. Essa realidade também foi encontrada por Geeraert, Alm e Groll²⁹ ao investigarem 35 instituições olímpicas. Não se trata de um clamor por “cotas”, mas de questionamento sobre os paradoxos discursivos e práticos, em que uma suposta adoção de valores tal qual uma equivalência entre os sexos no número de atletas

participantes nos Jogos Olímpicos não encontra terreno fértil nas instituições que compõem o Movimento Olímpico, também visto no Comitê de Candidatura e que parece ter sido o caso do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Precisamos deixar claro que a discussão proposta neste artigo não tinha como intenção – e nem poderia, considerando sua metodologia – questionar a capacidade técnica, o valor ou a experiência das pessoas que assumem os cargos em pauta. O que nos interessa é argumentar que a falta de novos líderes, mesmo que emergentes a partir de um grupo que circunda o poder das instituições olímpicas no Brasil, evidencia uma lógica patrimonialista e, porque não, uma habilidade estratégica para manutenção da ortodoxia. Talvez como parte desta estratégia esteja o fato de que muito pouco se sabe sobre os processos internos de eleições, coligações, contratações e indicações de nomes, para de fato compreender quais e como os *habitus* e capitais influenciam no funcionamento cotidiano dessas instituições. Nesse sentido, uma hipótese que parece bastante verossímil é que as instituições olímpicas praticam uma “autonomia pragmática”, em que se busca o monopólio de poder sobre a forma de administrar o esporte, cedendo apenas parte de sua autonomia em circunstâncias específicas, quando há algum tipo de interesse em jogo ou risco para sua posição³².

Referências

- 1 Chappelet, JL. From daily management to high politics: the governance of the International Olympic Committee. In: Robinson L, Chelladurai P, Bodet G, Downward P. *Routledge Handbook of Sport Management*. Londres: Routledge; 2012.
- 2 Ghadami M, Henry I. Developing culturally specific tools for the evaluation of good governance in diverse national contexts: a case study of the National Olympic Committee of the Islamic Republic of Iran. *Int J Hist Sport*. 2015; 32 (8): 986-1000.
- 3 Chappelet JL, Mrkonjic M. Existing governance principles in sport: a review of published literature. In: Alm J. Editor. *Action for good governance in international sports organisations Final Report*. Copenhagen: Play the Game/Danish Institute for Sports Studies; 2013.
- 4 Comitê de Candidatura Rio 2016. Sumário Executivo [documento na internet]. 2016; 1. Disponível em: http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/_arquivos/dossie_de_candidatura_v1.pdf [2017 mar 08].
- 5 Bourdieu P. Como se pode ser desportista? Lisboa: Fim de Século; 2003. *Questões de Sociologia*; p. 181-204.

- 6 Bourdieu P. The forms of capital. In: Richardson J. *Handbook of theory and research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood; 1986.
- 7 Bourdieu P. *Razões práticas – Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus; 2010.
- 8 Bourdieu P, Wacquant L. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI Editores Argentina ; 2005.
- 9 Bourdieu P. 2004. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense; 2004.
- 10 Bourdieu P. A produção da crença – contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre, RS: Zouk; 2006.
- 11 Bourdieu P. *Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1997. Sobre a televisão.
- 12 Rubio K. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. 2010; 24(1): 55-68.
- 13 Lemos DLR. A história social do movimento olímpico brasileiro no início do século XX. Dissertação de Mestrado. Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo; 2008.
- 14 Torres CR. The Latin American ‘Olympic explosion’ of the 1920s: Causes and consequences. *Int J Hist Sport*. 2006; 23(7): 1088-1111.
- 15 Negreiros PL. O Brasil no cenário internacional: Jogos Olímpicos e Copas do Mundo. In: Del Priore M, e Melo VA. Editores. *História do Esporte no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP; 2009. p. 293-330.
- 16 Drumond M.. 2009. O esporte como política de Estado: Vargas. In: Del Priore M, Melo VA. Editores. *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP; 2009. p. 213-244.
- 17 Almeida BS. 2010. O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba; 2010.
- 18 Buchanan I, Lyberg W. The Biographies of all IOC Members – Part V. *Journal of Olympic History*. 2010; 18(2): 56-65.
- 19 Buchanan I, Lyberg W. The Biographies of all IOC Members – Part VI. *Journal of Olympic History*. 2010; 18(3): 41-54.
- 20 Buchanan I, Lyberg W. The Biographies of all IOC Members – Part IX. *Journal of Olympic History*. 2011; 19(3): 53-66.
- 21 Rubio K. Da Europa para a América: a trajetória do movimento olímpico brasileiro. *Geo Crítica Scripta Nova*. 2005; 9(200).
- 22 Dolzan M. Nuzman vai para sexto mandato no Comitê Olímpico do Brasil. *Revista Exame*, São Paulo, 2016 out 3. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/nuzman-vai-para-sexto-mandato-no-comite-olimpico-do-brasil/> [2017 fev 28].
- 23 Buchanan I, Lyberg W. The Biographies of all IOC Members – Part XIII. *Journal of Olympic History*. 2013; 21(1): 58-65.
- 24 International Olympic Committee. *Olympic Charter* [documento na internet]. 2015. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf [2017 mar 09].
- 25 Comitê de Candidatura Rio 2016. I – Rio 2016 Team. *Rio 2016 Finance Book Supervision* [documento na internet]. 2009; p. 218-229. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/balanco/2%20-%20CIDADANIA%20E%20INCLUSAO%20SOCIAL/7%20-%20Esporte/1%20-%20Documentos/Candidatura%20Rio2016/BGF%20->

- %20Candidatura%20Rio2016%20-%20Dossi%EA%20de%20Candidatura/BFG-CA~1.PDF [2017 mar 8].
- 26 Cilenti M. Perfil [documento na internet]. LinkedIn. 2017. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/mario-cilenti> [2017 mar 8].
- 27 [Anonymus] Ex-presidente da Varig e ex-COO da Rio 2016 é nomeado subsecretário de estado de turismo do Rio de Janeiro [documento na internet]. 2014. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/setur/exibeconteudo?article-id=2056550> [2017 mar 8].
- 27 International Olympic Committee. 2016 Candidature procedure and questionnaire [documento na internet]. 2008. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Host-City-Elections/XXXI-Olympiad-2016/Candidature-Procedure-and-Questionnaire-for-the-Games-of-the-XXXI-Olympiad-in-2016.pdf> [2017 mar 8].
- 28 International Olympic Committee. Consolidated minimum requirements for the implementation of the basic principles of good governance for NOCs [documento na internet]. 2016. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/What-We-Do/Leading-the-Olympic-Movement/PGG-Implementation-and-Self-Evaluation-Tools-23-12-2016.pdf#_ga=1.223834971.133062311.1456916290 [2017 mar 8].
- 29 Geeraert A, Alm J, Groll M. Good governance in international sport organizations: an analysis of the 35 Olympic sport governing bodies. *International Journal of Sport Policy and Politics*. 2014; 6 (3): 281-306.
- 30 Holanda SB. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
- 31 Sidney Scoreboard. Brazil – % of Women Board Directors. 2017. Disponível em: <http://www.sydney scoreboard.com/> [2017 mar 8].
- 32 Geeraert A, Mrkonjic M, Chappelet JL. A rationalist perspective on the autonomy of international sport governing bodies: towards a pragmatic autonomy in the steering of sports. *International Journal of Sports Policy and Politics*. 2015; 7(4): 473-488.